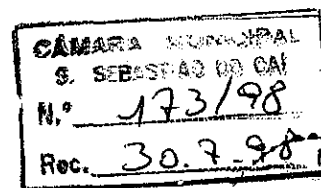


CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



PROJETO DE LEI



Fixa os subsídios dos Vereadores e dá outras providências.

Art. 1º - Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição Federal, os Vereadores perceberão subsídio mensal em parcela única de valor igual a R\$ 1.044,67 (hum mil e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2º - O subsídio do Presidente da Câmara se constituirá de parcela única no valor de R\$ 1.462,54 (hum mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 3º - Quando licenciado por doença, por até 120 (cento e vinte) dias, devidamente comprovada por atestado médico, o Vereador perceberá 40% (quarenta por cento) do subsídio que recebia.

Art. 4º - Somente será paga a parcela correspondente a cada sessão quando o Vereador assinar o livro de presença, participar dos trabalhos em Plenário e, especialmente, das votações.

Art. 5º - Cada sessão ordinária corresponderá ao valor de uma parte, proporcional ao número total de reuniões mensais.

1.044,67 ÷ 4 = 261,17

Art. 6º - Não prejudicarão o pagamento do subsídio:

I - a ausência de matéria a ser votada;

II - a não realização de sessão:

- a) por falta de quórum, relativamente aos Vereadores presentes;
- b) que recaia em dia feriado ou de ponto facultativo.

III - o recesso parlamentar.

Art. 7º - Por sessão extraordinária, até o máximo de três por mês, os Vereadores receberão valor igual a cada parcela correspondente a uma sessão ordinária.

Parágrafo único - Em nenhuma hipótese será paga mais de uma sessão plenária por dia, qualquer que seja a sua natureza.

Art. 8º - As reuniões das Comissões Representativa, Permanentes ou de Inquérito não serão remuneradas.

Art. 9º - Em caso de viagem para fora do Município, a serviço ou representação da Câmara, aprovada pelo Plenário, o Vereador perceberá as diárias que forem fixadas na forma da lei.

Art. 10 - A partir da data da promulgação desta Lei os valores fixados nos artigos 1º e 2º serão revistos, através de lei, nas mesmas épocas e nas mesmas proporções em que for reajustada a remuneração dos servidores municipais.

Art. 11 - A despesa decorrente desta Lei será atendida pela dotação orçamentária própria.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

São Sebastião do Caí, 23 de julho de 1998.

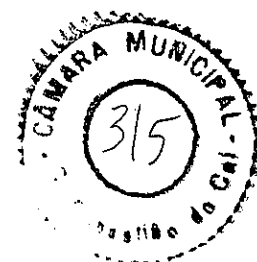


AUTENTICAÇÃO:
A MESA DA CÂMARA

Ver. JOÃO CARLOS CAYE
Presidente

Ver. PAULO GERMANO BENNEMANN
Vice-Presidente

Ver. PEDRO GRIEBLER
1º Secretário



JUSTIFICACÃO

Atendendo ao que dispõe a Emenda Constitucional nº 19/98, promulgada no último dia 4 de junho, apresentamos à consideração dos nobres pares os projetos de lei que fixam a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais.

A Emenda acaba com a divisão dos subsídios em parte fixa e parte variável, no caso dos Vereadores, e fixo mais verba de representação, no caso do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

A proposta que ora apresentamos prevê a adequação das normas vigentes à Emenda aprovada. Mantivemos os valores atualmente em vigor porque devemos observar especialmente a capacidade orçamentária do Município e os princípios da moralidade administrativa e da razoabilidade para a determinação de um valor remuneratório condizente com as atividades desenvolvidas pelos cargos em questão. É importante lembrar que a remuneração estipulada no final da legislatura passada o foi para toda esta legislatura. Não nos cabe agora modificá-la fixando valor maior do que o antes fixado.

Acreditamos no bom senso dos nobres colegas. O momento não é oportuno para aumentos de remuneração.

Pedimos a aprovação dos projetos ora encaminhados.

São Sebastião do Caí, 23 de julho de 1998.

Ver. JOÃO CARLOS CAYE
Presidente

Ver. PAULO GERMANO BENNEMANN
Vice-Presidente

Ver. PEDRO GRIEBLER
1º Secretário

**PARECER ao Projeto de Lei- Expediente CM 173/98.****Relator: Vereador PEDRO GRIEBLER**

Vem a esta comissão, Projeto de Lei, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, que fixa os subsídios dos vereadores e dá outras providências.

Não foram apresentadas emendas, no prazo regimental.

A promulgação da emenda constitucional nº 19, de 4 de junho do corrente ano (publicada no Diário Oficial da União de 05/06/98), que “inspirou” irregular e ilegalmente muitos aumentos salariais de vereadores, em numerosos municípios do Interior, felizmente não “inspirou” qualquer aumento em nossa Casa.

Em aumentando abusivamente seus próprios salários os agentes políticos (vereadores) ferem os princípios da legalidade, impessoalidade e, principalmente da moralidade administrativa, haja visto, que sequer foi regulamentada a emenda 19, a qual veio trazer diversas e importantes alterações nos procedimentos relativos à fixação da remuneração dos agentes políticos, e determinou que esses deveriam receber parcela única a título de subsídio, afastando portanto a possibilidade de os vereadores receberem parte fixa e parte variável, além de qualquer outra espécie remuneratória.

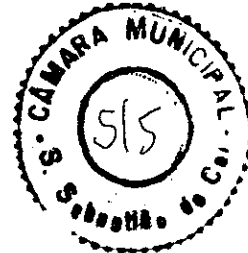
No projeto ora apresentado pela mesa, foram somadas a parcela fixa e a parcela variável, de modo que o total obtido represente o subsídio que se mantém nos mesmos vencimentos anteriores fixados para os vereadores em R\$ 1.044,67, e do presidente, em R\$ 1.462,54, assim sendo, não está havendo qualquer aumento na remuneração dos mesmos, e sim, apenas uma adaptação as novas regras da emenda supra citada.

É importante lembrar ainda que, para este processo, não basta apenas a expedição desta lei, é necessário também alterar a Lei Orgânica do Município, de modo a torna-la coerente com o que ordena a Constituição a partir da E.C. 19/98.


A idéia generalizada é que aumentos só podem ser feitos de uma legislatura para outra, CF art.29, V - “a remuneração dos prefeito, do vice prefeito e dos vereadores deve ser fixada em cada legislatura para a subsequente”. Ainda mais, a competência é da própria Câmara Municipal. A intenção do legislador municipal é clara, quando fixa a remuneração de seus pares para o próximo mandato, ou seja, iniciou em janeiro de 1997, com término em dezembro de 2.000, tudo de acordo com a Lei Orgânica Municipal, inclusive com previsão de reajuste no decorrer do mandato. Portanto, a atual remuneração (agora denominada de subsídio) dos agentes políticos está devidamente atualizada, devendo o presente projeto, ser aprovado nos seus próprios termos.

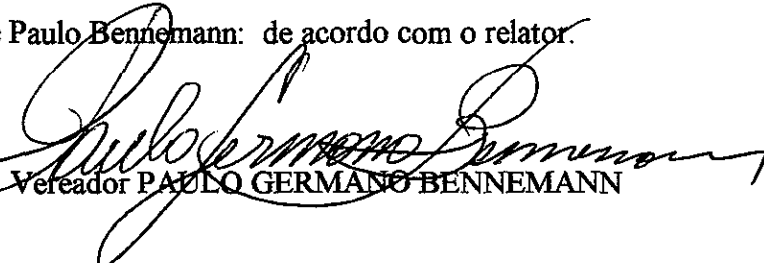
É o parecer.

Vereador Pedro Griebler
relator



Voto dos Vereadores Erico Meirelles e Paulo Bennemann: de acordo com o relator.

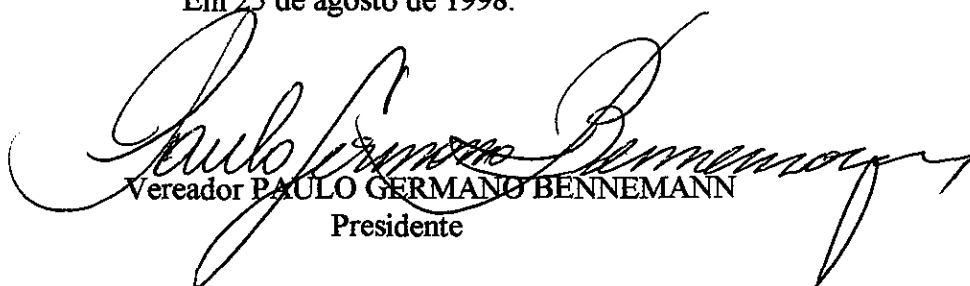

Vereador ERICO MEIRELLES


Vereador PAULO GERMANO BENNEMANN

PARECER CONCLUSIVO

A CGP foi, por unanimidade, favorável à aprovação do referido projeto de lei.

Em 25 de agosto de 1998.


Vereador PAULO GERMANO BENNEMANN
Presidente


Vereador ERICO MEIRELLES


Vereador PEDRO GRIEBLER